



O TRABALHO DO PEDAGOGO NA SAÚDE MENTAL: apontamentos para uma pedagogia não escolar

1º Autor: Júlia Grasiela Santos da Silva¹
Email: julia.sandesil@gmail.com

2º Autor: Adriano Lucena Gois²
Email: lucenaadriano@hotmail.com

RESUMO

Este artigo abrange pesquisas voltadas ao trabalho do pedagogo em ambientes não escolares, desde o ponto de vista da pedagogia como ciência da educação e da concepção que ressalta a aptidão do pedagogo para atuar em espaços não escolares. Desse modo, o estudo tem caráter qualitativo, por meio de uma revisão de literatura reunindo autores que discutem temáticas tais como: saúde mental, CAPS, pedagogia e educação. Ademais, esta pesquisa tem fundamentos nas leituras realizadas na produção da dissertação de mestrado de ambos os autores, objetivando apresentar a relevância do pedagogo na saúde mental. Dentre as considerações alcançadas, pontuamos a dificuldade de encontrar literaturas que situem a atuação do pedagogo na saúde mental, todavia, através deste artigo, concluímos o quanto o trabalho do pedagogo no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é de grande valia.

PALAVRAS-CHAVE: CAPS- Pedagogo-Saúde Mental.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental na atual conjuntura das políticas de saúde se constitui na área, digamos, que mais específica da saúde, um continente do Sistema Único de Saúde (SUS) no direito e no acesso a saúde, para o bem-estar social. O termo saúde mental designa dois sentidos que consideramos, pois sinônimos e antônimos. De um lado, a leitura do termo Saúde Mental implica a pensar nos movimentos ocorridos em momentos passados, ao tempo em que, nos propõe refletir nos preceitos das políticas de atenção a saúde mental na década de 80. Nesta

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pós-graduanda em Educação Infantil pela Universidade Internacional (UNINTER). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Tem experiência profissional como docente na educação básica, tais como: Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atuou como supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) na área da Educação Infantil, subprojeto UAB/UFAL. Atua como tutora na Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFAL) no curso de pedagogia/licenciatura (Ead). Realiza estudos nas seguintes áreas: educação infantil, inclusão e saúde mental. Para mais: <http://lattes.cnpq.br/3103657917328535>. Email: julia.sandesil@gmail.com.

² Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2017) e Mestrado em Cognição, Tecnologias e Instituições pela Universidade Federal Rural do Semiárido (2019). Aperfeiçoamento em Educação Quilombola pela Universidade Federal do Semiárido- UFERSA. Aperfeiçoamento em mediadores de leitura pela Universidade Federal do Ceará- UFC. Atualmente é coordenador pedagógico da Escola Municipal Professor José Do Patrocínio Barra. Professor da Faculdade Integrada de Patos. Atuou como estagiário - Serviço Social do Comércio (Sesc). Para mais: <http://lattes.cnpq.br/1731781789962344>. Email: lucenaadriano@hotmail.com

pauta, atualmente, no âmbito da saúde, a saúde mental objetiva práticas de tratamento e de paradigma ao sofrimento psíquico, ao ponto de dialogar estratégias de promoção e prevenção de patologias.

Sobre isto, nos debruçamos nas leituras de Amarante (2007); Aquino e Braúna (2012); Vale (2017) para compreendemos a atenção à saúde mental se dá através do trabalho de muitos e distintos profissionais, e cada um desses especialistas tem um papel importante, essencial e eficaz nesse espaço. Se efetivando como um trabalho que concretiza melhorias, fazeres, práticas no campo da saúde mental. No solo deste estudo, propomos discorrer a saúde mental no âmbito da educação, esclarecendo, desse modo, os vínculos teóricos e práticas da educação e saúde, da pedagogia como ciência da educação, e da saúde mental como política de saúde. Dessa forma, o estudo objetiva apresentar literaturas que discutem a atuação do pedagogo na saúde mental, e, de modo específico, apresentar a relação da saúde e pedagogia; Discorrer a história da saúde mental, assim como investigar quais trabalhos e ações desenvolve o pedagogo nesse campo de atuação.

2 SAÚDE MENTAL: APRESENTAÇÃO DE UM CAMPO

O termo da saúde mental nos retoma a ideia de está intimamente relacionado ao bem-estar mental, ou até mesmo, aos meios de prevenção e promoção a saúde da mente. A união das palavras saúde e mental e como hoje se concentra na perspectiva inicial do cuidado e bem-estar da mente. Ou seja, a saúde mental é sinônima de loucura, ou até mesmo antônima. Digamos, pois, que saúde mental advém da história da loucura, e hoje em sua atual conjuntura visa retirar do termo loucura o sentido de patologia. Em Amarante (2007) a saúde mental é um campo, e como campo, torna-se complexo, e sua complexidade em termos de amplitude parte de compreendê-la como política.

A expressão saúde mental tem sido amplamente discutida em distintas áreas do conhecimento e um objeto de estudo nas mais variadas profissões. Nessa perspectiva, falar em saúde mental atualmente não quer dizer que estamos falando num campo de natureza distinta, que se limita aos saberes da medicina e da saúde. O campo de políticas que envolvem a saúde mental implica englobar, social, a educação e áreas afins. A literatura aponta que o termo saúde mental ganha robustez mediante o percurso histórico que envolveu a disseminação da loucura, ao ponto de entendê-la como processo que pode ocorrer na trajetória de vida do sujeito.

No Brasil, a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) trouxe para o atual campo das políticas de saúde mental novas formas de tratar a loucura e o sujeito, “mobilizou um importante debate em torno do resgate da cidadania dos usuários dos serviços de saúde mental e da transformação e superação da estrutura asilar [...]” (BAPTISTA E SIMON, 2011, p. 2227)” ,e, por isso, novos espaços foram criados, e novos profissionais foram formados para atender a atual demanda pertinente à saúde mental.

Através da RPB foram estabelecidas legislações que provocaram mudanças na forma de enxergar a loucura, e, aos poucos tais pareceres legais propuseram a inserção de políticas abastecidas pelo discurso de garantir novas formas de tratamento aos indivíduos acometidos por um problema de ordem psíquica. Como marco na história, o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS) fomentado pelos pressupostos da Constituição de 1998 alegam um sistema gratuito e universal para todos os sujeitos, e o SUS com essa roupagem traz um conceito amplo de oferta a saúde, dessa vez, buscando superar a visão distorcida de saúde e doença que em meados do século XVIII permitia um tratamento severo e segregador aos indivíduos com problemas mentais.

A concepção ampliada da saúde advinda da criação do SUS parte da compreensão e distinção entre saúde/doença, além disso, visa proporcionar em termos legais o atendimento gratuito e o acesso a estabelecimentos de saúde assistidos de forma integral. Dentro no SUS e no Programa Saúde da Família (PSF) a saúde mental tornou-se uma política de caráter assistencial e psicossocial, que visa mais do que promover e prevenir, esta objetivas reabilitar o sujeito, garantido-lhes autonomia, de modo que, os sujeitos em sofrimento psíquico possam desenvolver habilidades e re (criar) novas formas de viver.

2.1 O pedagogo na saúde mental

O trabalho do pedagogo na saúde mental faz parte do discurso que envolve a pedagogia e a educação, a educação e saúde mental. Expor a atuação do pedagogo em espaços não formais de educação exige esmiuçar a identidade etimológica deste profissional acentuado por Libâneo (2009) e Pimenta (2001) ao ressaltar a história do termo pedagogia. A educação consiste na modalidade que atende os princípios das etapas e modalidades e o processo de escolarização do sujeito. Nesses espaços, a atuação do pedagogo se faz necessário, uma vez que, no setor escolar este profissional pode atuar com diferentes funções: coordenador pedagógico, professor, supervisor, gestor e demais atribuições deste cunho.

Para que seja oferecida uma educação de qualidade, a escola, enquanto entidade formadora do sujeito, e, sobretudo, a educação como processo precisa atender as demandas atuais, e articular os componentes curriculares com temáticas relacionadas à formação do sujeito. O pedagogo, considerado o profissional que em seu diploma carrega a função de professor, coordenador, gestor escolar e entre outros, torna-se apto para atuar em outras instâncias de caráter formador, e nem sempre escolarizador. Em sua essência, a pedagogia é uma ciência da educação e voltada ao processo de ensino/aprendizagem. O pedagogo é o profissional instruído pelos fundamentos teóricos do curso de pedagogia e formado para atuar na sociedade, “precisa ser competente, responsável e, através de uma equipe multiprofissional no dia a dia, produzir saberes coletivos que são reconstruídos de forma contínua, devendo ser capaz de pensar, planejar e executar o seu trabalho” (VALE 2017, p.31).

Como os saberes da pedagogia reforçam, o pedagogo no exercício de sua função estabelece uma ponte para que ocorra o desenvolvimento do sujeito, e a consolidação do ensino/aprendizagem, que acontece por meio da didática de ensinar, de formar e de instigar o sujeito, atuado sempre como mediador do processo. Em Brandão (2003) sustentamos a ideia que a educação na escola da vida, nas relações mútuas, na troca de conhecimentos prévios, e pode acontecer em diferentes espaços e com diversos atores, que não seja eles professores, pedagogos ou formadores. Cabe compreender, tomando como base essas afirmações, a suma relevância do trabalho do pedagogo em espaços não escolares, através dos paradigmas da educação não formal, visto que, faz-se premente a presença deste profissional “em espaços diversos, em que se fazem presentes a educação formal e a não formal: a escola, instituições hospitalares, empresas, sindicatos, turismos, museus, entre outras” (AQUINO; BRAÚNA; SARAIVA, 2012, p.130-131).

Apoiando-se nessa perspectiva, a atuação do pedagogo em ambientes não escolares enfatiza a relevância do pedagogo na saúde mental, sendo esta, uma área da saúde. Para o pedagogo são atribuídas diferentes funções, dentre elas, aquela que acontece crucialmente em espaços não escolares, como os de saúde mental, especificamente, os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Os CAPS, serviço aberto e comunitário de atenção a saúde mental, instituído pelas políticas de saúde mental colocam em pauta tratamento de caráter não asilar, visto que, suas propostas evidenciam a erradicação do modelo hospitalocêntrico e de isolamento.

No interior dos CAPS são realizadas atividades de cunho formador e visam, em suma, reabilitar o sujeito acometido pelo sofrimento psíquico. Diante das mudanças ao longo da

história, o cuidado a saúde mental acontece permeado por uma diversidade de saberes, dentre eles, os saberes que fazem parte da pedagogia, e com isso, o papel do pedagogo entra em ação. Desta maneira, a presença do pedagogo nos CAPS necessita de uma visão holística do ser humano, tendo em vista, os interesses tanto do bem estar do paciente quanto o seu desenvolvimento psicológico e social. No tocante, a reabilitação o pedagogo nessas instâncias,

Contribui com o desenvolvimento intelectual e com o crescimento dos indivíduos que ali estão inseridos no tocante à realidade de vida de cada um, fazendo com que os mesmos possam desenvolver melhor domínio de si, de suas habilidades, de sua autonomia e de suas emoções, como também lhes despertando o interesse em aprender, buscar novos conhecimentos e resgatar os que ficaram esquecidos, garantindo assim uma aprendizagem significativa, dinâmica e prazerosa, aliando saberes e vontades (VALE, 2017, p.33).

Para garantir a reabilitação do sujeito, desenvolver novas habilidades e reforçar habilidades perdidas devido o acometimento do problema psíquico, o pedagogo em sua função, deve planejar as atividades, de modo que, esta possa atender as necessidades daquele sujeito. Sendo assim, mesmo em espaços não escolares sua prática alia-se a prática do pedagogo/professor, quando necessita de uma planejamento prévio de suas ações, de analisar, re (pensar) e propor atividades que objetivem a autonomia dos usuários, essas atividades são intituladas por oficinas terapêuticas. Dentro dos CAPS são acompanhados usuários como diferentes perfis, e com problemas diferenciados. As oficinas terapêuticas são ferramentas de extrema importância e vão de encontro entre o sujeito e o sofrimento psíquico. Com elas, os indivíduos de familiarizam, interagem e socializam, por isso, ao realizar as oficinas o profissional seja ele pedagogo ou não deve prezar por atividades coletivas.

Assim como toda atividade deve ter objetivos designados, as oficinas terapêuticas, enquanto ações de aprendizagem “trata-se de uma importante forma de tratamento que busca o desenvolvimento de habilidades corpóreas, a realização de práticas produtivas e o exercício coletivo da cidadania” (CARVALHO E FERREIRA, 2018, p.83). No desenvolvendo das oficinas, o pedagogo deve mediar todo processo permitindo que os usuários exponham sua criatividade e sejam estimulados em todo percurso. As oficinas podem surgir com diferentes temáticas, sejam elas de artes, música, leitura, alfabetização, teatro e outras temáticas consideradas pertinentes no espaço. É importante salientar que para realizar projetos, por meio de oficinas, é imprescindível que o pedagogo exerça cada vez mais intencionalidades

pedagógicas, isto que, sempre atendendo os princípios formadores permitindo que, os usuários possam participar da toma de decisões na escolha das temáticas das oficinas, sendo esta, umas das formas de aumentar o desejo de participar ativamente. Frente a isto,

Seu objetivo é inserir os pacientes psiquiátricos no trabalho e/ou em atividades artísticas e artesanais, ou dar-lhes acesso aos meios de comunicação e de expressão.⁷ Apesar de ser um tipo de tratamento e de (re)inclusão dos indivíduos na sociedade, as oficinas devem garantir aos pacientes o exercício de seus direitos, como a participação ou não nas atividades disponibilizadas pelo CAPS (CARVALHO E FERREIRA, 2018, p.83).

Conforme a citação acima, o pedagogo atuando por meio de oficinas terapêuticas precisa direcionar as ações, tendo em vista, as singularidades do sujeito, se apoiando naquilo que traz motivação e caráter terapêutico. É, por meio delas, que podemos perceber os interesses, os talentos e a capacidade do sujeito, e partindo dessas descobertas, a proposta central dos CAPS em sua essência são concretizadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho parte nas leituras e pesquisas realizadas em nossa trajetória no curso de mestrado, uma vez que, articulamos, a saúde mental, colocando em foco, a atuação do pedagogo na saúde mental. Desta maneira, o levantamento bibliográfico consistiu numa ferramenta esclarecedora sobre as possibilidades e relevância do trabalho do pedagogo em instâncias não escolares. A pesquisa apresentou alguns estudos de natureza científica que discutem a relação da pedagogia com a educação, e, sobretudo, da atuação do pedagogo na saúde, como por exemplo, a pedagogia hospitalar, que apresenta um pouco do trabalho do pedagogo na reabilitação do sujeito.

Ademais, com a leitura dos escritos, podemos concluir que os desafios que são encontrados com relação ao pedagogo e saúde mental estão intimamente vinculados a identidade epistemológica da pedagogia e do pedagogo, uma vez que, ainda se faz presente a perspectiva que interliga o trabalho do pedagogo apenas em instituições escolares. Portanto, as leituras e buscas de trabalhos centrados na temática de pedagogia e saúde mental trouxeram-nos a compreensão que a presença, bem como o trabalho do pedagogo no CAPS envereda o discurso da pedagogia visando a formação do sujeito, os desenvolvimento de suas potencialidades e autonomia.

Frente a isto, compreende-se que, a atuação do pedagogo se faz relevante, visto que, dentre de instância com os ambientes de saúde mental, o qual lida com pessoas em sofrimento psíquico, a presença do pedagogo se faz necessária, no tocante a reabilitação, legitimação e empoderamento do sujeito.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- AQUINO, S. L; B, R. C. A; S, A. C. L. C. Representações sociais da atuação do pedagogo na saúde: saberes envolvidos e experiências compartilhadas. **Revista Interfaces da Educação**. Paranaíba, v.3, n.7, p.128-145, 2012.
- BAPTISTA, T. W. F; S, A. G. O papel dos estados na política de saúde mental no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(11):2227-2241, nov, 2011.
- CARVALHO, V. C. S; FERREIRA, K. F. Oficinas terapêuticas: caminhos de saberes. Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba – ISSN 1984-4840, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, Para quê?** 11 ed., São Paulo: Cortez, 2009.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia, Ciência da Educação?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- VALE, Shirley Araújo Silva. **O papel do pedagogo em um centro de atenção psicossocial: uma análise a partir do caps ad- caicó/RN**. 2017. 53p. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.